

MINISTÉRIO DA FAZENDA
TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

PROCESSO Nº : 10845.005736/93-03
SESSÃO DE : 19 de agosto de 1997
RESOLUÇÃO Nº : 303-28.675
RECURSO Nº : 117.288
RECORRENTE : MACPRADO PRODUTOS OFTÁLMICOS LTDA
RECORRIDA : ALF-PORTO DE SANTOS/SP

CLASSIFICAÇÃO TARIFÁRIA - O Produto "bloco de vidro ótico, em bruto, inclusive em bloco moldado ou prensado, para fabricação de lentes monofocais fotocromáticas tipo RNX 591" e "bloco de vidro ótico, em bruto, inclusive em bloco moldado ou prensado, para fabricação de lentes monofocais coloridas cinza" classifica-se na posição 7001.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

ACORDAM os Membros da Terceira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, em dar provimento ao recurso , na forma do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

Brasília-DF, em 19 de agosto de 1997

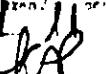

JOÃO HOLANDA COSTA
Presidente


NILTON LUIZ BARTOLI
Relator

11 NOV 1997

PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL
Coordenação Geral de Fazenda - Rio - Extradjudicial

Lm 11/11/97


LUCIANA CORTEZ LURIZ CONTES
Procuradora da Fazenda Nacional

Participaram, ainda, do presente julgamento, os seguintes Conselheiros : ANELISE DAUDT PRIETO, LEVI DAVET ALVES, GUINÉS ALVAREZ FERNANDES, SERGIO SILVEIRA MELO. Ausente o Conselheiro MANOEL D' ASSUNÇÃO FERREIRA GOMES.

MINISTÉRIO DA FAZENDA
TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

RECURSO Nº : 117.288
ACORDÃO Nº : 303-28.675
RECORRENTE : MACPRADO PRODUTOS OFTÁLMICOS LTDA
RECORRIDA : ALF-PORTO DE SANTOS/SP
RELATOR(A) : NILTON LUIZ BARTOLI

RELATÓRIO E VOTO

Adoto o Relatório de fls. 79/82 da ilustre Relatora anteriormente designada DIONE MARIA ANDRADE DA FONSECA, que entendeu que no processo não havia informações suficientes para a decisão e solicitou diligência ao INT (Instituto Nacional de Tecnologia). A proposta foi aprovada, a qual resultou na Resolução nº 303-616 (fls. 79/83).

Ao Instituto Nacional de Tecnologia foram apresentados 5 quesitos a saber:

“A questão fundamental do presente processo é saber se o produto descrito na D.I. nº 41.978/93: ‘bloco de vidro ótico, em bruto, inclusive em bloco moldado ou prensado, para fabricação de lentes monofocais fotocromáticas tipo RNX 591’ (amostra anexa), corresponde ao constante nos termos do “EX”: ‘blocos prensados, moldados de vidro ótico sem polimento ótico, próprio para fabricação de lentes corretivas de transparência variável, fotocromática.’”

- Trata-se de vidro ótico?
- Trata-se de vidro ótico em bloco moldado ou prensado?
- Trata-se de vidro ótico sem polimento ótico?
- Trata-se de vidro próprio à fabricação de lentes corretivas?

Em seu RELATÓRIO DE RESPOSTA TÉCNICA nº 103205 fls. 105/106 de 13 de fevereiro de 1997, assim se manifestou em resposta aos quesitos formulados:

- O produto descrito na DI nº 41978/93, corresponde ao constante nos termos “EX”, ou seja: “bloco prensado, de vidro ótico sem polimento ótico, próprio para fabricação de lentes corretivas de transparência variável fotocromática.”
- Sim, trata-se de vidro ótico
- trata-se de vidro ótico em bloco prensado.
- Sim, trata-se de vidro ótico sem polimento ótico.
- Sim, trata-se de vidro próprio à fabricação de lentes corretivas.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

RECURSO Nº : 117.288
ACORDÃO Nº : 303-28.675

Tendo em vista as informações técnicas apresentadas pelo Instituto Nacional de Tecnologia - INT, verifica-se que o produto questionado é “bloco prensado, de vidro ótico sem polimento ótico, próprio para fabricação de lentes corretivas de transparência variável fotocromática”.

Ora, tendo como verdadeira esta afirmativa ao INT, verifica-se que a classificação adotada pela recorrente está correta. Para sustentarmos este nosso entendimento basta transcrevermos o texto da Portaria MEFP nº 724/91:

“ 70.01.00.0199 “EX” - Blocos prensados, moldados de vidro ótico sem polimento ótico, próprio para fabricação de lentes corretivas de transparência variável, fotocromática.”

Face ao exposto, e com base no Parecer Técnico do INT (fls. 104/106), acolho a classificação adotada pela recorrente, julgando improcedente o Auto de Infração.

Sala das Sessões, em 19 de agosto de 1997


NILTON LUIZ BARTOLI - RELATOR